



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE LUTAS

Rua do Quelhas, 32 - 34 - 1200 Lisboa - Contribuinte n.º 500 871 787

ACTA N.º 086 GESTÃO FEDERATIVA 2017 / 2020	ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA N.º 003 ANO : 2017
---	--

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezassete, pelas onze horas, reuniu na sede administrativa da Federação, sita na Rua da Lapa, 14, na cidade de Lisboa, em segunda convocatória, a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** da Federação Portuguesa de Lutas Amadoras, sob a coordenação de Manuel Pedro Fernandes dos Santos, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, secretariado pelo Secretário Geral da Federação, Hildeberto Leão e em conformidade com o aviso convocatório e seu conteúdo oportuna e regularmente enviado, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Único. Apreciação, discussão e deliberação sobre o Relatório de Atividades e Contas anuais do exercício de 2016.

Assistiram também ao ato, em representação do executivo da Federação Portuguesa de Lutas Amadoras, o Presidente da Federação, Pedro Miguel dos Santos Silva e os Vice Presidentes Rui Marta e Pedro Alves.

O Conselho Fiscal da Federação Portuguesa de Lutas Amadoras fez-se representar pelos seus atuais Vice Presidentes, João Lopes e Reinaldo Cristóvão.

Assistiram ainda ao ato o Revisor Oficial de Contas Anildo Palma Nunes e o Contabilista Certificado Luciano Maestre Martinez.

Reunidas as condições necessárias para o funcionamento da Assembleia, foi aberta a sessão com a leitura do aviso convocatório, respetiva ordem de trabalhos e verificação de credenciais.

No acto de verificação destas constatou-se estarem presentes e devidamente credenciados, Rui Manuel Passos, Presidente da Associação de Lutas Amadoras de Lisboa (ALAL) e Luís Filipe Barneto, Presidente da Associação de Lutas Amadoras do Distrito de Setúbal (ALADS).

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral refere estar aberto o ato e solicita ao Presidente a apresentação do documento.

O Presidente começa por agradecer a presença de todos e apresenta desculpas pelo atraso verificado e agradece à ALADS por disponibilizar espaço para guardar o tapete que recebemos da UWW e à ALAL pela ajuda de se tentar arranjar instalações, em protocolo com a CM Lisboa.

De seguida faz referência às verbas que a modalidade recebeu da Federação Internacional, para projeto da luta e da Solidariedade Olímpica, para formação de técnicos.

Agradece todo o empenho e desempenho que os colaboradores demonstram e estende o agradecimento ao revisor oficial de contas e contabilista certificado.

Justifica o resultado negativo com o fato de ter sido ano olímpico e tudo se ter feito para a almejada qualificação.

No que concerne a esta situação em particular, o Presidente informa que se está a tornar cada vez mais difícil a qualificação para os praticantes da Europa e que para se qualificarem terão de ganhar 5 ou 6 combates enquanto os praticantes de África podem qualificar-se só com uma vitória.

Refere que no seio da modalidade já é muito falado que a luta de praia tem fortes possibilidades em se tornar olímpica.

Informa que recentemente conversou com o Presidente do IPDJ e que lhe transmitiu que pouco adianta à modalidade ser considerada de modalidade prioritária se depois essa menção não se traduz no necessário apoio financeiro para o desenvolvimento e aquisição do material necessário.

O Presidente da Mesa refere que no seu entender tem de se fazer muito mais para o desenvolvimento da modalidade e que as competições tem de ter mais praticantes a participar.

Informa que o Presidente do IPDJ lhe referiu que iria rever os valores e que iria conseguir aditamento contratual com mais apoio à modalidade.

De seguida passa a palavra ao Revisor Oficial de Contas que elucidou sobre as demonstrações financeiras apresentadas, fazendo referencia aos ênfases da sua certificação e que existe desconformidade nos mapas de depreciações e amortizações e o balanço e restantes mapas.

Refere que o ativo fixo tangível se reporta ao edifício adquirido e revela a necessidade do contabilista certificado dever apresentar as fichas de inventário que permitem reapreciar os mapas.

O representante da ALAL refere não entender o porquê de sucederem estas situações tendo o ROC referido que não lhe compete a ele dar essa resposta, tendo o Presidente da Mesa referido que terá de ser o Presidente e Direção a resolver esta situação e entende que se torna necessário a realização de reunião entre os intervenientes.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral questiona os presentes sobre as explicações dadas pelo Presidente e eventuais questões a colocar.

O Presidente da mesa propõe que se passe à votação e aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2016 sendo este aprovado por unanimidade.

A mesa solicita à Assembleia a devida autorização e voto de confiança para se proceder à elaboração da ata o que foi aprovado por unanimidade.

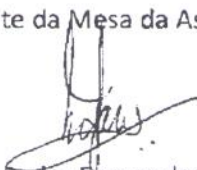
O Presidente da Federação propõe a atribuição de um voto de louvor ao Revisor Oficial de Contas, considerando o seu desempenho e continuado interesse na modalidade.

O Presidente da Mesa aceita a proposta do Presidente e coloca a mesma à votação sendo esta aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradece aos presentes a sua presença no ato.

E nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a presente sessão, pelas doze horas, de que se lavrou a presente acta a qual, vai pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral ser assinada.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Manuel Pedro Fernandes dos Santos